

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 93

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 29 de maio de 2014

Deputados pedem nomeação de aprovados em concurso

Grupo aguarda convocação para a Secretaria da Controladoria Geral do Estado

Um grupo de aprovados no último concurso da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco lotou as galerias do Plenário da Assembleia Legislativa na tarde de ontem para pedir o apoio dos parlamentares. O deputado Mavíael Cavalcanti (DEM) disse, na tribuna, que a seleção para analista de controle interno ocorreu em 2010 e 82 concursados aguardam a nomeação para o cargo.

Ele informou que a carreira de controlador interno foi criada em 2008 e, desde então, apenas 39% das vagas foram preenchidas, e com funcionários antigos do Estado. Segundo o parlamentar, existe uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado para que

haja a nomeação, a fim de fortalecer o trabalho de fiscalização das obras públicas. O deputado afirmou que o Governo convocou somente um dos aprovados no concurso. “Peço ao governador João Lyra Neto que chame os demais aprovados, para que o direito dos candidatos seja assegurado”, afirmou, durante o Grande Expediente.

Em apartes, os deputados Daniel Coelho (PSDB), Sérgio Leite (PT), Sílvio Costa Filho e Adalberto Cavalcanti (PTB) afirmaram que a Casa Joaquim Nabuco precisa negociar a nomeação dos concursados com o Governo do Estado. “Quanto maior o número de servidores efetivos, melhor o funcionamento da máquina administrativa”, salientou Da-



ROBERTO SOARES

PARTICIPAÇÃO – Da galeria, aprovados acompanharam discurso de Mavíael Cavalcanti

niel Coelho. “Muitas vezes o Executivo promove a seleção e o prazo de validade

termina sem que haja a convocação”, alertou Sérgio Leite. “Proponho a forma-

ção de uma comissão para negociar com o governador”, frisou Sílvio Costa Fi-

lho. “Lamento que o Governo do Estado esteja fazendo tantas nomeações para cargos comissionados e os concursados sejam esquecidos”, pontuou Adalberto Cavalcanti.

O líder do Governo, Waldeimar Borges (PSB), explicou que, pela primeira vez no Estado, a área de controladoria está sendo tratada de forma profissional. O parlamentar afirmou que o prazo de validade de dois anos do concurso começou a contar em fevereiro, quando houve um curso de formação para os aprovados. “O Executivo reconhece a necessidade dos servidores e, assim que tiver condições, vai convocar os candidatos”, assegurou Waldeimar, que tratou do assunto no Tempo de Liderança.

Litoral Sul

Rodovia ganhará o nome de Reginaldo Rossi

O cantor e compositor Reginaldo Rossi, morto em dezembro do ano passado, dará nome à primeira rodovia construída no Estado de Pernambuco a partir de uma parceria público-privada. A homenagem é resultado do Projeto de Lei nº 1791/2014, de autoria do deputado Everaldo Cabral (PP), aprovado ontem de manhã pela Comissão de Administração Pública.

A matéria denomina de Cantor Reginaldo Rossi, o trecho específico da rodovia expressway (sistema de trânsito com pedágio) já em operação. O trajeto parte do distrito de Ponte dos Carvalhos, no Cabo de Santo Agostinho, até a rotatória do Porto de Suape, no município de Ipo-



JOÃO BITA

COMISSÃO – Homenagem ao cantor, falecido em dezembro

juca, Região Metropolitana do Recife.

Aprovado por unanimidade, o projeto foi relatado pelo deputado Tony Gel (PMDB). “A denominação da rodovia é o início de muitas homenagens que o

Rei Reginaldo Rossi deverá receber. Era uma grande figura e foi apaixonado pelo Recife”, disse o parlamentar, que defendeu a construção de um monumento em homenagem ao artista na capital pernambucana. Reginal-

do Rossi foi velado na Assembleia Legislativa, atraindo uma multidão à Casa Joaquim Nabuco.

O presidente da Comissão, deputado Raimundo Pimentel (PSB), destacou a importância da rodovia para o Estado. “É uma homenagem singela, mas bastante significativa que a Assembleia Legislativa está fazendo ao Rei Reginaldo Rossi. É uma rodovia que tem importância econômica e turística para Pernambuco, com investimentos da iniciativa privada e do Governo do Estado”, ressaltou. Na reunião de ontem, o colegiado distribuiu 11 projetos de lei e aprovou dois substitutivos e outros dois projetos.

Escola do Legislativo



ROBERTO SOARES

Um grupo de 28 alunos da pós-graduação em Formação Política, Gestão Pública e Processo Legislativo receberam, na tarde de ontem, o certificado de conclusão do curso. A formação é uma iniciativa da Mesa Diretora, desenvolvida por meio da Escola do Legislativo (Elepe), em parceria com a Universidade de Pernambuco (UPE). Representando o presidente da Casa Joaquim Nabuco, o deputado Antônio Moraes (PSDB) destacou que a escola realiza um trabalho dignificador para o servidor. “A Elepe tem tido um papel de melhorar a qualidade dos funcionários e da gestão pública”, frisou. Para o superintendente da Escola do Legislativo, Sebastião Rufino, os cursos oferecidos são fundamentais para manter os funcionários sempre atualizados.

Audiência pública discute situação da Polícia Federal

Comissão de Cidadania ouviu representantes da categoria

A redução nas dotações orçamentárias para a Polícia Federal, a fragilidade da vigilância nas fronteiras nacionais e a ausência de política de gestão de recursos humanos foram alguns dos problemas apresentados por entidades representativas dos policiais federais em audiência pública realizada pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa, na manhã de ontem.

O deputado Antônio Moraes (PSDB), que solicitou a reunião, explicou que

foi procurado pelos representantes, que estão buscando apoio dos Legislativos estaduais para o enfrentamento do que consideram uma crise no órgão federal. “São diversas dificuldades, desde a questão salarial até a falta de equipamentos e condição de trabalho, além da desigualdade que existe entre agentes e delegados”, destacou.

De acordo com o vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luis Antônio Boudens, a carreira de policial federal precisa de uma reestrutu-



AÇÃO - Federação busca apoio dos Legislativos estaduais

ção profunda. “Propomos uma nova forma de traba-

ra da questão salarial, mas principalmente o respeito à Constituição e o cumprimento das leis que regem a Polícia Federal”, frisou. “Estamos buscando, através das Assembleias em todos os Estados, mudar o quadro da segurança pública no Brasil”, pontuou.

Para o presidente da Comissão, deputado Betinho Gomes (PSDB), a tarefa do colegiado é dar força à mobilização que a Polícia Federal faz para superar a crise. “É uma instituição importante no combate ao crime organizado, a corrup-

ção, ao tráfico e é preciso que o Brasil garanta o seu reconhecimento. Esperamos que o Governo Federal entenda a necessidade de fortalecer e restaurar a importância e o papel que a Polícia Federal realiza”, analisou o parlamentar.

Antônio Moraes disse que encaminhará as solicitações ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que um canal de negociação seja aberto. Os deputados Sílvio Costa Filho (PTB), Sérgio Leite (PT) e Tony Gel (PMDB) também participaram da reunião.

Transferência de renda

Projeto sobre Bolsa Família recebe destaque

Programa de transferência de renda deve ser inserido na política de Estado e não ser um projeto de um partido político, na opinião do deputado Betinho Gomes (PSDB). Ontem à tarde, em Plenário, o parlamentar ressaltou a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, do projeto de lei, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB/MG), que altera a lei que criou o Programa Bolsa Família.

“Um outro projeto, também do senador, incorpora o Bolsa Família à Lei Orgânica da Assistência Social. Assim



MUDANÇA - Betinho Gomes

o programa passa a ter recursos garantidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social”, pontuou. De acordo com a proposta aprovada an-

teontem, o beneficiário que tiver sua renda familiar elevada e sair do programa, terá garantido o pagamento da bolsa por, no mínimo, seis meses. A matéria ainda será avaliada pela Comissão de Direitos Humanos, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Betinho disse que a iniciativa teve voto contrário do PT na comissão. “O programa é a unificação de vários outros benefícios, como o Vale Gás, criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas, infelizmente, tem sido utilizado pelo PT para

disseminar a política do medo, como se a oposição, vencendo as eleições para Presidência da República, fosse acabar com o Bolsa Família”, frisou.

Em apartes, o deputado Tony Gel (PMDB) e Daniel Coelho (PSDB) também se pronunciaram. “Independentemente de quem seja o presidente, a transferência de renda mínima deve ser uma política de Estado”, disse Tony Gel. “Este tipo de debate eleitoral não leva a lugar nenhum. A boa política é feita em busca do benefício para a população”, avaliou Coelho.

Título de Cidadão de Pernambuco

O empresário gaúcho Osmar Basso recebeu, na tarde de ontem, o Título de Cidadão de Pernambuco. O diretor-superintendente da empresa Somar Comércio e Transporte de Alimentos, que industrializa e distribui os produtos da marca Kicaldo, chegou a Pernambuco em 1999 e passou a exercer suas atividades empresariais em Jaboatão dos Guararapes. A Reunião Solene foi proposta pelo deputado Antônio Moraes (PSDB). O deputado Isaltino Nascimento (PSB) presidiu a cerimônia e destacou a qualidade e a seriedade com que o empresário conduz os negócios. “A homenagem é um justo reconhecimento ao gaúcho, amante de nossa terra e de nossa cultura, diante dos relevantes serviços que vem prestando ao Estado”. Antônio Moraes declarou que o homenageado é um homem de determinismo inabalável e de mente aguçada. “Basso é um idealista, que optou por Pernambuco para instalar suas empresas. Tem constante preocupação com a responsabilidade socioambiental e a ética”, registrou, citando as ações solidárias do empresário. O homenageado se emocionou ao agradecer a honraria. Recordou as adversidades enfrentadas e ressaltou suas conquistas. “Estou orgulhoso por este momento e resalto os versos do nosso hino, Pernambuco Imortal, agora com maior emoção e compromisso”, declarou. Basso recebeu uma gola de caboclo de lança e um exemplar do Catálogo de Peças Museais do Palácio Joaquim Nabuco. A cerimônia contou com a participação musical de artistas como Beto Hortis, Zé Matuto do Forró e Cichinho do Acordeon.



PLENÁRIO

Afrânio completa 50 anos de emancipação

No próximo sábado (31), o município de Afrânio, no Sertão, completa 50 anos de emancipação política. A data foi lembrada em Plenário, na tarde de ontem, pelo deputado Adalberto Cavalcanti (PTB). O parlamentar comentou que “apesar de pequena, a cidade é um bom exemplo no que tange à aplicação do dinheiro público, a exemplo das boas condições das estradas vicinais do município”. Adalberto Cavalcanti disse que a cidade se destaca pelas indústrias de cerâmica e que, apesar da seca, consegue exportar produtos lácteos, como iogurte e doce de leite. O deputado informou que a prefeitura se prepara para realizar, com recursos próprios, uma grande festa no período junino.



Tabira comemora 65 anos de emancipação

O deputado Antônio Moraes (PSDB) parabenizou, na tarde de ontem, a população de Tabira, no Sertão, pelos 65 anos de emancipação política do município. O parlamentar informou que a cidade foi desmembrada de Afogados da Ingazeira e se tornou autônoma em 1949. Segundo Antônio Moraes, graças a uma emenda parlamentar de sua autoria, a prefeitura realizou a instalação de dez poços artesianos. O deputado também destacou a reforma do hospital municipal e a pavimentação de várias ruas. “A gestão do prefeito Sebastião Dias (PTB) está sendo reconhecida pela população, após uma fase em que teve de cuidar de débitos e irregularidades deixadas pela administração anterior”, salientou.



Comércio ilegal de amianto no Estado

Fiscalização será discutida em audiência pública

A informação de que armazéns de várias cidades pernambucanas comercializam irregularmente produtos contendo amianto levou o deputado Isaltino Nascimento (PSB) à tribuna da Assembleia Legislativa, na tarde de ontem. Em seu pronunciamento, ele repudiou a ação “totalmente ilegal” e disse que vai protocolar um pedido de audiência pública para cobrar rigor na fiscalização pela Vigilância Sanitária e Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

O parlamentar é o autor da Lei nº 12.589, de 26 maio de 2004, que proíbe o uso e a comercialização de produtos contendo asbesto, como também é conhecido o amianto. Ele lembrou que a substância, comprovadamente prejudicial à saúde, é proibida em mais de 60 países.

O socialista citou texto publicado ontem na coluna *Repórter JC*, do *Jornal do Commercio*, no qual a auditora fiscal do Ministério



ROBERTO SOARES

NORMA - Isaltino é autor da lei que proibiu a substância

do Trabalho Fernanda Gianasi denunciou que persiste a venda irregular, em vários municípios, de telhas, caixas d'água e outros produtos contendo a substância proibida. O deputado alertou tratar-se de um produto de fácil disseminação pelo ar, que pode provocar câncer e até levar à morte.

Isaltino Nascimento lembrou que o Estado foi o

primeiro do País a proibir a comercialização da substância. “Lamentamos que a ânsia de lucro fácil esteja colocando em risco a saúde da população. É muito importante proteger as pessoas. Fomos pioneiros na erradicação da comercialização desse tipo de produto e é preciso garantir o cumprimento da lei”, comentou Isaltino.

Saúde

Infraestrutura do hospital de Floresta é debatida

A infraestrutura do Hospital Coronel Álvaro Ferraz no município de Floresta, no Sertão, foi tema de pronunciamento dos deputados Augusto César (PTB) e Rodrigo Novaes (PSD), na tarde de ontem, na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Augusto César destacou que as instalações do hospital estão comprometidas e informou que a vereadora Bia Numeriano denunciou irregularidades na unidade de saúde. “Foram constatadas diversas deficiências no atendimento e problemas no armazenamento do lixo hospitalar que oferecem risco de contaminação. É necessário que sejam realizados serviços de manutenção e conservação do hospital”, enfatizou.

O deputado também solicitou que a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco verifique a situação e tome providências urgentes.



FOTOS: ROBERTO SOARES

PRONUNCIAMENTOS - Augusto César e Rodrigo Novaes

No Tempo de Liderança, Rodrigo Novaes destacou que recentemente o Hospital de Floresta foi reformado e agora conta com alas climatizadas, maternidade renovada, novos equipamentos, bloco cirúrgico e 25 médicos para atender a população.

O parlamentar também informou que o Governo do

Estado investiu mais de R\$ 300 mil na unidade. “A cidade de Floresta é igual a todos os municípios, passa por dificuldades na gestão da saúde e na coleta de recursos, mas as melhorias também precisam ser reconhecidas. Claro que muita coisa ainda precisa ser feita, mas o hospital tem trazido muitos benefícios para toda região”, esclareceu.

Agronegócio

Medida Provisória determina emplacamento de tratores

O deputado Manoel Santos (PT) foi à tribuna da Casa Joaquim Nabuco, na tarde de ontem, comemorar a Medida Provisória nº 646/2014. O texto determina, entre outros pontos, que tratores e máquinas agrícolas que circulem em vias públicas sejam emplacados e licenciados. O texto foi publicado anteontem no *Diário Oficial da União*.

De acordo com o parlamentar, o emplacamento faz com que haja um controle dos proprietários sobre os veículos, pois, atualmente, o único comprovante que se tem desses bens é a nota fiscal. “A proposta vai vincular o proprietário ainda mais aos veículos, facilitando, até mesmo, a identificação em caso de roubo”, observou.



ROBERTO SOARES

SEGURANÇA - Regra facilita identificação em caso de roubo

Segundo Santos, a crítica feita à proposta, principalmente pelo setor do agronegócio, é em relação à obrigatoriedade do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). “É

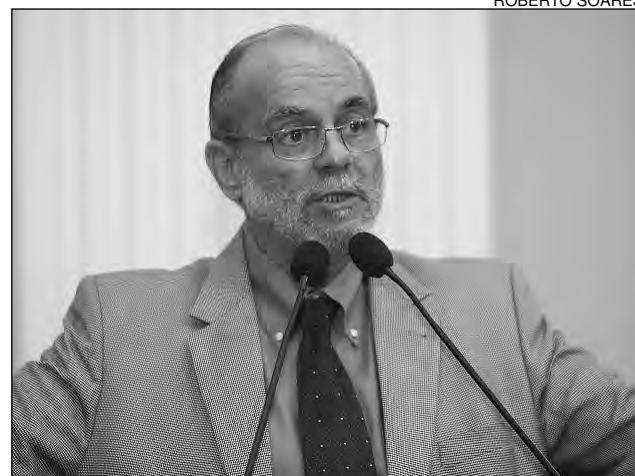
preciso acompanhar o projeto para não onerar a produção. O emplacamento não deve ser igual ao que é feito com os caminhões e carros de passeios. Cada um tem sua finalidade”, defendeu.

Ditadura militar

Atuação da Comissão da Verdade recebe elogios

Os trabalhos de investigação da Comissão Estadual da Memória e Verdade na elucidação do assassinato do padre Antônio Henrique, morto em 1969, durante a ditadura militar, foram registrados pelo deputado Waldemar Borges (PSB), na tarde de ontem. Durante o Pequeno Expediente, ele lembrou que o religioso foi um militante da igreja libertadora e assessor de Dom Helder Camara.

De acordo com o parlamentar, líder do Governo na Casa, os porta-vozes da ditadura tentaram convencer a população de que a morte do padre Henrique foi um crime comum, já que o religioso trabalhava com jovens usuários de drogas. No entanto, as investigações atuais comprovaram que o homicídio teve motivação política e os nomes dos envolvidos



ROBERTO SOARES

TRIBUNA - Borges destacou o caso do padre Henrique

foram divulgados.

Waldemar Borges explicou que, com uma distância histórica prudente, a iniciativa ajuda a elucidar páginas negras da história do Brasil, para que elas não mais se repitam. “Naquele período, esta tribuna debateu esse crime e agora que ele é revelado não poderíamos deixar de citá-

lo. É o encontro entre a verdade e a barbárie cometida”, citou.

O parlamentar também fez menção à deputada Laura Gomes (PSB), por seu esforço na criação da Comissão da Memória e da Verdade no período em que foi secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 1254, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Senhora Usha Pitts.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Senhora Usha Pitts, Consul dos Estados Unidos no Recife.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 28 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1255, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Josué de Souza Costa.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Pernambucano ao Sr. Josué de Souza Costa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 28 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1256, DE 28 DE MAIO DE 2014.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Senhor Alessandro Carvalho Liberato de Mattos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ilustríssimo Senhor Alessandro Carvalho Liberato de Mattos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 28 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

Ato

ATO Nº. 926/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 020/2014, do Deputado Rodrigo Novaes, **RESOLVE:** nomear **JOSÉ ALVES DE ALMEIDA JÚNIOR**, para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 37% (trinta e sete por cento), a partir de 1º de junho do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 28 de maio de 2014.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

Ordem do Dia

Sexagésima Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 29 de maio de 2014, às 10:00 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6251/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013, de autoria do Deputado Adalto Santos que obriga a disponibilização de um exemplar impresso da Cartilha de Orientação às Crianças para prevenção contra a pedofilia via internet, nas bibliotecas das escolas públicas e privadas deste Estado, bem como, em formato digital, no sítio eletrônico do Governo do Estado, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/05/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6252/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1674/2013, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins que institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Valorização da Família, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/05/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6253/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 1983/2014, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a criação de Quadro Suplementar da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, seus cargos, e fixa sua remuneração.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/05/2014
Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2013 ao Projeto de Lei Ordinária nº 752/2012
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: ex-Deputado Ossésio Silva

Estabelece obrigatoriedade de valorização da raça negra nas peças publicitárias veiculadas pela administração pública estadual, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/11/2013

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1565/2013
Autor: Dep. Ricardo Costa

Torna obrigatória a presença de Farmacêutico Responsável Técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos.

Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria do Deputado Ricardo Costa e Emenda Modificativa nº 02 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 9ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/08/2013

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1662/2013
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Dispõe sobre os procedimentos quanto ao desrespeito aos idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais no interior de veículos de transporte coletivo e nos casos que menciona e dá outras providências.

Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/10/2013

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1814/2014
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Antônio Moraes

Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o "Dia Estadual do Delegado de Polícia Civil" e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/02/2014

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1818/2014
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Marcantônio Dourado

Dispõe sobre regras a serem observadas por academias de ginástica, de musculação e assemelhadas, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 6ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/03/2014

Discussão Única da Indicação nº 8082/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de incluir nas metas do Projeto: **Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde**, para o primeiro semestre do exercício de 2014, a construção de uma unidade de saúde o município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8083/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo no sentido incluírem no **Plano Operativo do Projeto de Implantação de Centro de Educação Profissional** para o exercício de 2014 o município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8084/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito do Município de Moreno, ao Secretário de Infraestrutura e ao Presidente da Celpa no sentido de restaurar, com a urgência que se faz necessária, a iluminação dos postes que margeiam a BR-232 à altura do distrito de Bonança, no município do Moreno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8085/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de incluírem nas metas do Projeto: **Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde**, para o segundo semestre do exercício de 2014, a construção de uma unidade de saúde o município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8086/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de reforçarem as ações do Projeto: **Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS**, no município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8087/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de incluírem nas metas do Projeto: **Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde**, para o segundo semestre do exercício de 2014, a construção de uma unidade de saúde o município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8088/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de reforçarem as ações do Projeto: **Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS**, no município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8089/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de reforçarem as ações do Projeto: **Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS**, no município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8090/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no sentido de reforçarem as ações das **Atividades de Expansão Atenção e Apoio a Pessoas com Deficiência**, no município de Ferreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8091/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado e à Secretária de Saúde no sentido de inserirem no **Plano Operativo do Projeto: Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde, para 2014**, a construção de uma dessas unidades o município de Salgueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8092/2014
Autor: Dep. Leonardo Dias

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Divisão da VIVO no Nordeste no sentido de que seja instalada antena de telefonia móvel no Povoado de Tancredo Neves (QUATIS), no Município de Iati.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8093/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da OI-Telemar no sentido de viabilizarem a implantação e a instalação de uma Torre de Telefonia Móvel da Operadora OI-Telemar para atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Senador Nilo Coelho, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8094/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da VIVO-Pernambuco no sentido de viabilizarem a implantação e a instalação de uma torre de telefonia móvel da Operadora VIVO visando atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Senador Nilo Coelho, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8095/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da TIM-Pernambuco no sentido de viabilizarem implantação e a instalação de uma torre de telefonia móvel da Operadora TIM-Pernambuco visando atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Senador Nilo Coelho, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8096/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da OI-Telemar no sentido de viabilizarem a implantação e a instalação de uma torre de telefonia móvel da Operadora OI-Telemar visando atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Maria Tereza, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8097/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da VIVO-Pernambuco no sentido de viabilizarem a implantação e a instalação de uma torre de telefonia móvel da Operadora VIVO visando atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Maria Tereza, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8098/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Gerente de Relações Institucionais da TIM-Pernambuco no sentido de viabilizarem implantação e a instalação de uma torre de telefonia móvel da Operadora TIM visando atender todas as comunidades dos perímetros irrigados do Projeto Maria Tereza, localizado no município de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8099/2014
Autor: Dep. Rildo Braz

Apelo ao Prefeito do Município dos Palmares, ao Secretário de Infraestrutura e ao Secretário da Cidade e Articulação Comunitária no sentido de envidarem esforços para que seja executado com a máxima brevidade o calçamento da subida que dá acesso aos bairros de Quilombo I, Quilombo II e Palmares II localizados no município dos Palmares.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 8100/2014
Autor: Dep. Adalberto Cavalcanti

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO SOLENE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014, ÀS 18:40 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS

AOS 27 (VINTE E SETE) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 18 (DEZOITO) HORAS E 40 (QUARENTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALÚISIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ANTÔNIO MORAES, CLAUDIANO MARTINS FILHO, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, MANOEL SANTOS, MARCANTÔNIO DOURADO, RAQUEL LYRA, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR E WALDEMAR BORGES, FALTARAM OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E VINÍCIUS LABANCA. CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA DÁ INÍCIO À SOLENIDADE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO EMPRESÁRIO GILVAN SILVA DE OLIVEIRA, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 1217/2014, DE AUTORIA DO DEPUTADO ZÉ MAURICIO, CONVIDA A COMPOR A MESA DOS TRABALHOS OS SENHORES DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS, PRESIDENTE DESTA REUNIÃO; ANA CAVALCANTI, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE, NESTE ATO REPRESENTANDO O SENHOR JOÃO LYRA NETO, O GOVERNADOR DO ESTADO; SEVERINO CAVALCANTI, EX-DEPUTADO DESTA PODER; DELINO ANTERINO DE SOUZA, PRESIDENTE DA IQUINE; DOMINGOS DA SILVA MOREIRA, PRESIDENTE DO GRUPO ARMAZÉM CORAL, NESTE ATO REPRESENTANDO A CLASSE EMPRESARIAL; MARIO ANTONINO, DIRETOR DO ROTARY INTERNACIONAL, NESTE ATO REPRESENTANDO OS ROTARYANOS PRESENTES E O SENHOR GILVAN DA SILVA OLIVEIRA, HOMENAGEADO; PASSA A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, QUE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL BRASILEIRO. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO ZÉ MAURICIO, AUTOR DA RESOLUÇÃO PARA AFIRMAR QUE GILVAN OLIVEIRA CHEGOU A PERNAMBUCO EM 1966, E, DE INÍCIO, ASSUMIU UM EMPREGO NA FÁBRICA DE TINTAS DIAMANTE, CRIANDO POSTERIORMENTE, JUNTAMENTE COM O CUNHADO, DELINO DE SOUZA, AS TINTAS IQUINE, EM JABOATÃO DOS GUARARAPES, QUE HOJE É UMA DAS MAIS BEM SUCEDIDAS EMPRESAS NO SETOR DE TINTAS E VERNIZES. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A OUVIREM A APRESENTAÇÃO DO CORAL VOZES DE PERNAMBUCO, COMPOSTO POR FUNCIONÁRIOS DESTA CASA, SOB A REGÊNCIA DO MAESTRO JOSIAS GOUVEIA, INTERPRETANDO DE NANDO CORDEL A MÚSICA “JOGO DE CINTURA”. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O DEPUTADO ZÉ MAURICIO A ENTREGAR O TÍTULO DE CIDADÃO DE PERNAMBUCO AO SENHOR GILVAN DA SILVA OLIVEIRA. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA OS SENHORES RONALDO E ALAN DE SOUZA A ENTREGAR UMA IMAGEM DE UM “CABOCLO DE LANÇA”, FIGURA DO MARACATU RURAL, CONFECIONADA PELO ARTESÃO SUSSULA DE TRACUNHAÉM AO HOMENAGEADO. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA O SENHOR SEVERINO CAVALCANTI A ENTREGAR O LIVRO “TRANSITANDO PELA HISTÓRIA: DOCUMENTOS DO PODER LEGISLATIVO DE PERNAMBUCO”, OBRA LANÇADA PELA ASSISTÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO. O SENHOR PRESIDENTE CONVIDA A SENHOR OLGA CAVALCANTI, ESPOSA DO DEPUTADO ZÉ MAURICIO PARA FAZER A ENTREGA DE UM RAMALHETE À SENHORA MARINALVA COELHO OLIVEIRA, ESPOSA DO HOMENAGEADO. O MESTRE-DE-CERIMÔNIAS CONVIDA A TODOS A OUVIREM A APRESENTAÇÃO DO CORAL VOZES DE PERNAMBUCO, INTERPRETANDO DE LENINE A MÚSICA “LEÃO DO NORTE”. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR GILVAN DA SILVA OLIVEIRA QUE AGRADECE A HOMENAGEM, AFIRMANDO QUE A COMENDA REPRESENTA O RECONHECIMENTO DE UMA VIDA DEDICADA A PERNAMBUCO, RESSALTANDO TER ENCONTRADO NO ESTADO UM AMBIENTE ONDE PODE CONCLUIR OS ESTUDOS E PROGREDIR NA VIDA. O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS REGISTRA O RECEBIMENTO DE TELEGRAMAS LAMENTANDO A IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO NESTA REUNIÃO DOS SENHORES DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE), CONVIDA OS PRESENTES A OUVIREM O HINO DE PERNAMBUCO, CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR PRESIDENTE, O QUAL AGRADECE PELAS PRESENÇAS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

QUINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 6234 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1787.
À Imprimir.

PARECER Nº 6235 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1789.
À Imprimir.

PARECER Nº 6236 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1853.
À Imprimir.

PARECER Nº 6237 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1858.
À Imprimir.

PARECERES Nºs 6238, 6239 E 6240 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto nºs 1984, 1987 e 1993 .
À Imprimir.

PARECERES Nºs 6241, 6242 E 6244 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 1528, 1629 e 1928.
À Imprimir.

PARECER Nº 6243 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1888.
À Imprimir.

PARECER Nº 6245 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1787.
À Imprimir.

PARECERES Nºs 6246, 6248 E 6249 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos nºs 1791, 2001 e 2003.
À Imprimir.

PARECER Nº 6247 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1853.
À Imprimir.

PARECER Nº 6250 - DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE opinando favorável ao Projeto de Lei nº 2001.
À Imprimir.

OFÍCIO Nº 118 - DO COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE comunicando que foi celebrado entre a Secretaria Especial de Esporte de Pernambuco e este Ministério o Convênio nº 785844/2013.
À 6ª Comissão.

OFÍCIO Nº 054 - DA GERENTE DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 3415, do Deputado Guilherme Uchoa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

TELEGRAMA - DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 3316, do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

COMUNICADOS Nºs 45573 A 45699 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
As 2ª e 5ª Comissões.

Pareceres ADM

Parecer nº 14/2014 – ADM

Mesa Diretora

Requerimento Funcional nº 257620-GA/2014

Servidor: Severino Santino da Silva

Ementa: concede aposentadoria por invalidez

1. Histórico

Encaminhado à Mesa Diretora para apreciação e posterior deliberação o Requerimento Funcional nº 257620-GA/2014, do servidor Severino Santino da Silva, matrícula nº 282, cargo efetivo de motorista, pelo qual solicita aposentadoria por invalidez, em razão de alegação de ser portador de doença grave e incurável, fui designado relator do requerimento supracitado pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 28 de maio de 2014.

2. Parecer do Relator

O Parecer PG nº 0178/2014, da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, relata pronunciamento da junta médica desta casa atestando ser o servidor portador de moléstia grave. Concerne à aposentadoria, o Parecer PG nº 0178/2014 alude às disposições da Emenda Constitucional nº 41/2003, especificamente o art. 6º-A, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012. Isto posto, com base na argumentação fornecida pelo Parecer PG nº 0178/2014, opino favorável à concessão da aposentadoria por invalidez do requerente, nos termos do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003.

3. Parecer da Mesa Diretora

É permissivo constitucional a aposentadoria por invalidez nos casos de doença grave e incurável. O laudo da junta médica, a seu turno, comprova a veracidade e a gravidade da enfermidade de que o requerente se encontra acometido, da qual decorre a impossibilidade física do servidor, em caráter permanente, para o exercício das atividades laborativas. Tendo em vista as considerações contidas no parecer do relator, que opina de forma favorável à aposentadoria por invalidez nos termos do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, os membros desta Mesa Diretora acolhem o aludido parecer, ficando assim deferido o Requerimento Funcional nº 257620-GA/2014, nos termos do Parecer PG nº 0178/2014, da Procuradoria Geral desta Casa, resolvendo aposentar por invalidez o servidor Severino Santino da Silva, matrícula nº 282, do Quadro de Pessoal Permanente deste

Poder Legislativo, com proventos integrais, nos termos do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Sala Torres Galvão, em 28 de maio de 2014.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO
Primeiro-Vice-Presidente
DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS – Relator
Segundo-Vice-Presidente
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO
Segundo-Secretário
DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR
Terceiro-Secretário
DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Parecer nº 15/2014 – ADM

Mesa Diretora

Requerimento Funcional nº 664450-GA/2014

Servidor: Jaidete Maria de Carvalho

Ementa: concede aposentadoria por invalidez

1. Histórico

Encaminhado à Mesa Diretora para apreciação e posterior deliberação o Requerimento Funcional nº 664450-GA/2014, da servidora Jaidete Maria de Carvalho, matrícula nº 325, cargo efetivo de técnico legislativo, pelo qual solicita aposentadoria por invalidez, em razão de alegação de ser portadora de doença grave e incurável, fui designado relator do requerimento supracitado pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa, na reunião deste colegiado do dia 28 de maio de 2014.

2. Parecer do Relator

O Parecer PG nº 250/2014, da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, relata pronunciamento da junta médica desta casa atestando ser a servidora portadora de moléstia grave. Concerne à aposentadoria, o Parecer PG nº 250/2014 alude às disposições do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, cumulado com o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012. Isto posto, com base na argumentação fornecida pelo Parecer PG nº 250/2014, opino favorável à concessão da aposentadoria por invalidez do requerente, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, cumulado com o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012.

3. Parecer da Mesa Diretora

É permissivo constitucional a aposentadoria por invalidez nos casos de doença grave e incurável. O laudo da junta médica, a seu turno, comprova a veracidade e a gravidade da enfermidade de que a requerente se encontra acometida, da qual decorre a impossibilidade física da servidora, em caráter permanente, para o exercício das atividades laborativas. Tendo em vista as considerações contidas no parecer do relator, que opina de forma favorável à aposentadoria por invalidez nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, cumulado com o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, os membros desta Mesa Diretora acolhem o aludido parecer, ficando assim deferido o Requerimento Funcional nº 664450-GA/2014, nos termos do Parecer PG nº 250/2014, da Procuradoria Geral desta Casa, resolvendo aposentar por invalidez a servidora Jaidete Maria de Carvalho, matrícula nº 325, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo, com proventos integrais, nos termos do 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, cumulado com o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012.

Sala Torres Galvão, em 28 de maio de 2014.
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente
DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO
Primeiro-Vice-Presidente
DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS – Relator
Segundo-Vice-Presidente
DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro-Secretário
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO
Segundo-Secretário
DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR
Terceiro-Secretário
DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

Pareceres de Comissões

Parecer N° 6245/2014

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2013, apresentado pela Comissão de

Constituição, Legislação e Justiça
Projeto de Lei Ordinária Nº 1787/2014
Autor: Deputado Ricardo Costa

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA ESTABELECEER NORMAS PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM MORTE E OUTROS, EM PISCINAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2014. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1787/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente substitutivo altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária Nº1787/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa, com o objetivo de proceder alterações redacionais necessárias, a fim de aperfeiçoar o Projeto de Lei original;

2.2- A proposição ora em análise visa estabelece normas para prevenção de acidentes com morte e outros, em piscinas públicas e dá outras providências;

2.3-Pàra efeito da presente Lei a proposição em discussão objetiva tornar obrigatória a instalação em piscinas de clubes sociais, academias e congêneres privados de sistemas hidráulicos que evitem acidentes que poderão levar a óbito seus usuários, especialmente crianças da faixa etária entre 0 (zero) e 09 (nove) anos de idade;

2.4-O sistema ao qual se refere o art.1º deste Projeto de Lei deverá contar com os seguintes equipamentos: Sistema de vácuo com sensor apropriado onde qualquer obstrução desliga automaticamente as máquinas do sistema hidráulico em até 03 (três) segundos. Ralos específicos para o não aprisionamento de cabelos e outras partes do corpo humano;

2.5- Os proprietários dos estabelecimentos que descumprirem esta Lei ficam sujeitos a multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).; A multa de que trata o caput deste artigo será graduada de acordo com grau de reincidência da infração; Os valores de que trata o caput deste artigo serão atualizados, anualmente, pelo índice do IPCA ou qualquer outro que venha substituí-lo. Para tanto, a presente Lei não afasta outras penalidades previstas na legislação vigente;

2.6- Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação;

2.7-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1787/2014, *está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com instituição de normas legais que irão dispor da obrigatoriedade para a instalação em piscinas de clubes sociais, academias e congêneres privados de sistemas hidráulicos que evitem acidentes que poderão levar a óbito seus usuários, especialmente crianças da faixa etária entre 0 (zero) e 09 (nove) anos de idade, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1787/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Maviael Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6246/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1791/2014
Autoria: Deputado Everaldo Cabral

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DENOMINAR DE "RODOVIA CANTOR REGINALDO ROSSI" O TRECHO ESPECÍFICO DA RODOVIA EXPRESS WAY, SISTEMA DE TRÂNSITO COM PEDÁGIO JÁ EM OPERAÇÃO, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE PPP, COMPREENDIDO DESDE O DISTRITO DE PONTE DOS CARVALHOS, MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, ATÉ A ROTATÓRIA DO PORTO DE SUAPE, NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1791/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição,

Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa denominar de “**RODOVIA CANTOR REGINALDO ROSSI**” o trecho específico da Rodovia EXPRESS WAY, sistema de trânsito com pedágio já em operação, construído através de PPP, compreendido desde o *DISTRITO DE PONTE DOS CARVALHOS*, Município do *CABO DE SANTO AGOSTINHO*, até a *ROTATÓRIA DO PORTO DE SUAPE*, no Município de Ipojuca, neste Estado;

2.2- Conforme justificativa do autor, o Projeto de Lei ora em análise objetiva prestar importante homenagem póstuma ao Cantor Reginaldo Rossi, pela sua trajetória de vida pública, como Engenheiro e Professor, foi na música que se revelou um dos maiores nomes conhecido do cenário cultural de Pernambuco.

2.3- Reginaldo Rossi, nasceu na cidade do Recife onde integrou-se à Jovem Guarda, sendo um dos primeiros nomes do nordeste do movimento Rock in Roll, através do grupo The Silver Jets. Artista consagrado no País, sempre exaltou o seu estado natal como o melhor lugar do mundo para nascer e viver. O Cantou divulgou junto a sua vida de artista a cidade do Recife, Olinda e a Ilha de Itamaracá, sendo responsável pela projeção turística da Ilha de Itamaracá Nacionalmente.

2.4- Seus fãs não eram de uma única classe social, pois era admirado por todas as gerações, que ouviam seus sucessos e passavam para a juventude seu jeito impar de ser cantor, e seu jeito plural de ser cidadão. Foi político, embora não tenha logrado êxito em suas campanhas, mas continuava na boca do povo, que tão bem o reverenciou em vida. O Cantor Reginaldo Rossi, faleceu na cidade do Recife, no dia 20 de dezembro de 2013. Foi velado nos braços do povo na Casa de Joaquim Nabuco, deixando uma legião de fãs e intensa discografia;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja prestada importante homenagem póstuma ao Cantor Reginaldo Rossi, com a denominação de “RODOVIA CANTOR REGINALDO ROSSI” o trecho específico da Rodovia Express Way, compreendido desde o Distrito de Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho, até a rotatória do Porto de SUAPE, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.***

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Nº 1791/2014 de autoria do Deputado Everaldo Cabral.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavial Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6247/2014

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2011, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao
Projeto de Lei Ordinária Nº 1853/2014
Autoria: Deputado Alberto Feitosa

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA INSTITUIR NORMAS DE SEGURANÇA PARA PRÁTICA DO MERGULHO RECREATIVO DE TURISMO E LAZER – MRTL NO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMISSÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente substitutivo altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária Nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa, com o objetivo de proceder alterações redacionais necessárias, a fim de sanar vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade existentes na proposição original;

2.2- A proposição ora em análise visa Instituir Normas de Segurança para prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no Estado de Pernambuco e dá outras providências;

2.3-Registra-se, que a prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no Estado de Pernambuco deve obedecer aos requisitos mínimos necessários de segurança: As operações de mergulhos autônomos recreativos de turismo e lazer deverão ser supervisionadas de forma direta por profissionais de mergulho autônomo recreativo, devendo estar os instrutores ou condutores de mergulho estar aptos a realizar intervenção rápida no comportamento do mergulhador que contratou seus serviços. Assim como os profissionais, as operadoras devem estar cadastradas na Capitania dos Portos de Pernambuco (CPPE) e credenciadas por certificadoras internacionais devidamente habilitadas, conforme as normas da ABNT NBR ISO 24803:2008, previstas na Lei Federal nº 11.771/2008, 17 de setembro de 2008; O instrutor de mergulho e/ou condutor de mergulho deverá informar acerca das condições locais

e gerais do ambiente de mergulho, seus possíveis efeitos sobre o mergulhador autônomo, bem como o impacto sobre o meio ambiente; O mergulho de batismo (primeira experiência de mergulho autônomo com gás comprimido) só poderá ser realizado se acompanhado por um instrutor, o qual deverá obedecer aos padrões de treinamento de sua certificadora e às normas ABNT NBR ISO 24801-3:2008 e 24802-1:2008;

2.4- Os cilindros de mergulho utilizados nas operações deverão estar com as inspeções visuais em dia, bem como os testes hidrostáticos devidamente executados com validade de 05(cinco) anos, além de serem cheios em compressores com uma qualidade de ar (gás) compatível e sem impurezas, tendo em vista a manutenção periódica dos compressores e filtros com validade em dia, conforme as normas da ABNT/NBR previstas na Lei Federal nº 11.771, de 2008; E assim também a embarcação própria ou alugada, envolvida na operação de mergulho, deverá possuir “kit” de atendimento pré hospitalar (APH) e suprimento de administração de oxigênio (O2) puro a 100%, comunicação de rádio e celular, estar regularizada perante a autoridade marítima e ser conduzida por profissional habilitado, conforme as Normas de Autoridades Marítimas – NORMAM - da Marinha do Brasil especificadas para o tipo da embarcação.

2.5- Para tanto, a prática do mergulho autônomo de turismo e lazer deverá ser precedida do preenchimento da Ficha Médica e do Termo de Responsabilidade. Em caso de menor, deverá haver termo de consentimento do responsável legal, conforme ficha padrão de cada certificadora internacional. O local de contratação do serviço, deverá ser em local visível ao público, com placa informativa com o seguinte conteúdo: “No ato da contratação, exija a apresentação da habilitação do profissional que acompanhará o mergulho, a ficha médica e termo de responsabilidade a serem preenchidos, as informações sobre as condições locais e gerais do ambiente de mergulho, assim como a documentação referente a embarcação/equipamento de segurança que transportará o mergulhador.”

2.6—As empresas de mergulho deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais, dos seus instrutores e condutores de mergulho, junto aos órgãos competentes, para o fiel cumprimento desta Lei. As operadoras e os profissionais de mergulho, no que diz respeito às suas operações, formação de mergulhadores e formação de profissionais, devem estar em “status” Ativo, vinculados a uma certificadora internacional de mergulho com renovação anual válida, cumprindo o que prevê os padrões de treinamento de suas certificadoras e serão regulamentadas através das normas da ABNT NBR ISO: 24801-1:2008; 24801-2:2008 24801-3:2008; 24802-1:2008; 24802-2:2008; 24803:2008; As operadoras e profissionais de mergulho autônomo recreativo que descumprirem esta Lei estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal de nº 11.771, de 2008;

2.7- Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação;

28- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1853/2014, está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com o estabelecimento normas legais que irão permitir que seja instituída Normas de Segurança para prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no âmbito do Estado de Pernambuco.***

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavial Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6248/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2001/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS LOCAIS ESPECIFICADO NO MEMORIAL DESCRITIVO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2001/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 082 de 12 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa promover a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente(APP) no local especificado no Memorial Descritivo, constante do Anexo Único;, da presente Lei;

2.2-O Projeto de Lei ora em análise objetiva autorizar a intervenção e a supressão de vegetação em APP para formação do reservatório e implantação da Pequena Central Hidrelétrica Manopla (PCH Manopla) nos Municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, de acordo com o procedimento determinado pela Lei nº 11.206, de 31 de março

de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Pernambuco;.

2-3-De acordo com o inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, a referida supressão em 6,94ha de vegetação em Área de Preservação Permanente no domínio da Mata Atlântica, na região fisiografia Litoral/Mata, em local autorizado às margens do Rio Sirinhaém, entre os Municípios de Rio Formoso e Sirinhaém, no Estado de Pernambuco, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único, da presente Lei, que tem como princípio básico a formação do reservatório e implantação do empreendimento denominado Pequena Central Hidrelétrica Manopla (PCH Manopla), nas Cidades de Sirinhaém e Rio Formoso, no Estado de Pernambuco, enquadrado como de utilidade pública nos termos da alínea “b” do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012,

2.4-Registra-se, que a autorização para supressão da vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação da vegetação suprimida com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, em área correspondente, no mínimo, à área degradada, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de d31 de março de 1995,

2.5- Ressalta-se por oportuno, que a área de que trata o presente Projeto de Lei, fica situada no entorno do rio Amaraji, é considerada de preservação permanente, nos termos do inciso I do art. 9º da Lei nº 11.206, de 1995, o que torna necessária a autorização ora sugerida para viabilizar a intervenção em tela, e, por conseguinte, a implantação da PCH De logo, fica estabelecido que a execução de qualquer obra ou serviço nos locais onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

2-6- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente(APP) para formação do reservatório e implantação da Pequena Central Hidrelétrica Manopla (PCH Manopla) nos Municípios de Sirinhaém e Rio Formoso, de acordo com o procedimento determinado pela Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Pernambuco.***

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2001/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavial Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6249/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 2003/2014
Autoria: Deputada Laura Gomes

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INSTITUIR O “DIA “D DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS”. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 2003/2014, de autoria da Deputada Laura Gomes juntamente com a Emenda Aditiva Nº 01/2014, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria

2. Parecer do Relator

2.1-O presente propositura visa instituir no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o “***DIA “D” DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS***”, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de agosto, neste Estado;

2.2-Conforme justificativa da autora a proposta ora em análise objetiva instituir o dia “D do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”, destinado aos estudantes da rede pública de educação com o aval e orientação dos Ministérios da Saúde e da Educação, no âmbito do Estado de Pernambuco;

2.3-Cumpre destacar, que o dia “D do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”, tem por princípio básico chamar atenção da sociedade civil pela luta contra a desnutrição e obesidade dos alunos da rede pública, bem como sensibilizar toda sociedade para os problemas. O Dia D do Projeto de Saúde e Prevenção, será uma forma de incentivar um maior engajamento e participação de toda população na concretização de medidas preventivas e auxiliaadoras para o enfrentamento de relevante problema social;

2.4-Registra-se que no Estado, o Grupo Gestor coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco SINTEPE, tem desenvolvido ações exitosas desde 2006, com grande penetração junto aos alunos e professores;

2.5-A Emenda Aditiva Nº 01/2014, de autoria da Primeira Comissão tem por finalidade acrescentar o art. 2º ao Projeto de Lei Ordinária Nº 2003/2014, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O dia “D” do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas não será considerado feriado civil.”

2.6- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei Ordinária está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico juntamente com as alterações proposta na Emenda Aditiva, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir instituído no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia “D do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”, a ser comemorado anualmente, no dia 15 de agosto, no Estado de Pernambuco.***

Mavial Cavalcanti
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 2003/2014, de autoria da Deputada Laura Gomes.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Mavial Cavalcanti.
Favoráveis os (3) deputados: Ângelo Ferreira, Mavial Cavalcanti, Tony Gel.

Parecer N° 6250/2014

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
Projeto de Lei nº 2001/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS LOCAIS EM QUE ESPECIFICA. MÉRITO RELACIONADO COM A permissão para supressão de vegetação em app quando destinada a projetos de utilidade pública e interesse social, desde que haja a correspondente compensação da área degradada (ART. 8º, lei nº 11.206/1995, que dispõe sobre a política florestal do estado de Pernambuco). PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório.

Vem a esta Comissão de Meio Ambiente, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 2001/2014, encaminhado pelo Governador do Estado através da mensagem nº 082/2014 de 12 de maio de 2014.

2. Parecer do Relator

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, no artigo 192 e no artigo 194, Inciso II, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

O projeto, ora em análise, autoriza supressão de vegetação de 6,94 hectares de vegetação “no domínio da Mata Atlântica, em local antropizado às margens do rio Sirinhaém, entre os municípios de Sirinhaém e Rio Formoso”, neste Estado, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único do referido projeto.

Enfatizamos que o artigo 2º da proposição especifica que a supressão da vegetação de preservação permanente fica condicionada à compensação da vegetação suprimida, com a preservação ou recuperação de ecossistema semelhante, no mínimo, correspondente à área degradada, nos termos do § 2º do artigo 8º da Lei nº 11.206, de 1995.

O Projeto de Lei ora encaminhado tem por objetivo autorizar supressão de vegetação para fins de formação do reservatório e implantação do empreendimento denominado Pequena Central Hidrelétrica Manopla (PCH Manopla) que incrementará a matriz energética da região.

Ressaltamos ainda a garantia dada pelo artigo 3º do Projeto de Lei que qualquer obra ou serviço no local onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2001/2014 de autoria do Governador do Estado.

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão de Meio Ambiente, seja **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2001/2014 de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Meio Ambiente,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Aluísio Lessa.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (2) deputados: Ângelo Ferreira, Raimundo Pimentel.

Parecer N° 6251/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Obriga a disponibilização de um exemplar impresso da Cartilha de Orientação às Crianças para prevenção contra a pedofilia via internet, nas bibliotecas das escolas públicas e privadas deste Estado, bem como, em formato digital, no sítio eletrônico do Governo do Estado, e dá outras providências.

Art. 1º Fica determinada a disponibilização, pelas escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, de um exemplar impresso da Cartilha de Orientação às Crianças para prevenção contra a pedofilia via internet, em cada biblioteca constante de sua unidade.

Parágrafo único. A escola deverá afixar, em local amplamente visível, de preferência na entrada do recinto, um cartaz, medindo 297x420 mm (Folha A3),com o seguinte aviso:

"Em cumprimento à Lei Estadual nº...., encontra-se disponível para consulta, na biblioteca desta Escola, a Cartilha de Orientação às Crianças contra a pedofilia via internet".

Art. 2º A Cartilha mencionada no art. 1º deverá ser disponibilizada, também, por meio digital, no sítio Eletrônico do Governo do Estado, a fim de facilitar o acesso para consulta e impressão dos interessados.

Art. 3º Os responsáveis pelo estabelecimento privado, que descumprirem o disposto nesta Lei, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, quando da primeira autuação da infração;

II – multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a depender do porte da instituição, com seu valor atualizado pelo índice do IPCA ou qualquer outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º O não cumprimento aos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa dos seus dirigentes na conformidade da legislação aplicável.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Everaldo Cabral.

Parecer N° 6252/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1674/2013, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Valorização da Família, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Valorização da Família, a ser realizada, anualmente, na terceira semana de maio.

Art. 2º Não serão considerados feriado civil os dias que compreenderão a Semana Estadual de Valorização da Família.

Art. 3º A Semana Estadual de Valorização da Família tem por objetivos:

I – ressaltar o dever das instituições em zelar pela família e pela promoção do seu fortalecimento; e,

II– promover a reflexão e a discussão acerca do conceito de família na sociedade atual e seus problemas econômicos, sociais, culturais, éticos e morais.

Art. 4º Na semana em que ocorrerá o evento Semana Estadual de Valorização da Família, a sociedade civil organizada poderá promover debates e palestras de conscientização sobre a importância da Valorização da Família, como:

I – promover palestra para estudantes, pais e a comunidade em geral, preferencialmente na abertura da Semana;

II – promover concurso de redação;

III – confeccionar murais alusivos à importância da família;

IV – promover peças teatrais, sessões de cinema e teatros de fantoche; e,

V – outras atividades que a escola considere importante.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Everaldo Cabral.

Parecer N° 6253/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1983/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre a criação de Quadro Suplementar da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, seus cargos, e fixa sua remuneração.

Art. 1º Fica criado, a partir de 1º de junho de 2014, no âmbito da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, o Quadro Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados, composto pelos cargos de Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados, de nível superior, e de Assistente Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados, de nível médio, estruturados na forma desta Lei Complementar e, complementarmente, na forma do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos instituído pela Lei Complementar nº 259, de 24 de dezembro de 2013.

§ 1º O Quadro criado pelo *caput* será ocupado pelos servidores da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual que, em 1º de abril de 2014, estejam em efetivo exercício e lotados definitivamente, cedidos ou à disposição da ARPE, os quais passarão a integrar definitivamente o Quadro Próprio de Pessoal da ARPE, salvo manifestação individual formal em contrário.

§ 2º Os cargos de origem dos servidores mencionados no § 1º ficam redenominados na forma do Anexo I.

Art. 2º A remuneração dos cargos mencionados no art. 1º será composta pelos seus respectivos vencimentos base e pelo Adicional de Desempenho de Atividade de Regulação - ADAR, instituído pelo art. 30 da Lei Complementar nº 259, de 2013.

§ 1º As matrizes de vencimento base dos cargos de que trata esta Lei Complementar são aquelas constantes dos Anexo II e III, válidas a partir de 1º de junho de 2014 e 1º de junho de 2015, respectivamente.

§ 2º Para fins de percepção do ADAR, os ocupantes dos cargos de que trata esta Lei Complementar ficam dispensados, até 31 de maio de 2015, do cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 30 da Lei Complementar nº 259, de 2014.

Art. 3º Os servidores mencionados no §1º do art. 1º serão enquadrados nas matrizes de vencimento base constantes do Anexo II em uma única etapa, a ser efetivada em 1º de junho de 2014, observado exclusivamente o critério de valor de remuneração.

§ 1º O servidor será enquadrado na referência cujo valor nominal de vencimento base nas matrizes constantes do Anexo III, acrescido do ADAR, seja igual ou imediatamente inferior à soma algébrica dos valores percebidos, em 31 de maio de 2014, a título de:

I - vencimento base;

II - gratificações de técnico regulador e de auxiliar técnico regulador, instituídas pelo §4º do art. 14 da Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003;

III - gratificação adicional por tempo de serviço, instituída pelo inciso VIII do art. 160 e art. 166, da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968;

IV - parcela autônoma de vantagem pessoal, e

V - gratificação de risco de vida.

§ 2º As parcelas constantes dos incisos II a V do §1º ficam extintas por incorporação ao vencimento base.

§ 3º Em decorrência do disposto nos §§ 1º e 2º, não poderá resultar decesso remuneratório, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão anterior, cuja eventual diferença negativa detectada deverá constituir parcela de irredutibilidade remuneratória, expressa e fixada nominalmente, que será reduzida pelos acréscimos salariais obtidos no futuro, a qualquer título, até a sua completa extinção.

Art. 4º Apenas poderá se aposentar fazendo jus aos valores constantes nas matrizes de vencimento base referidas no art. 2º e ao ADAR, o servidor que contribuir sobre estes valores para o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, a contar de 1º de junho de 2014.

Parágrafo único. Ficam dispensados do cumprimento da regra do *caput* os servidores cuja concessão da respectiva aposentadoria venha a ser motivada pelo critério de idade limite, compulsoriamente, ou de invalidez permanente.

Art. 5º Ficam extintas, a partir de 1º de junho de 2014, as gratificações de técnico regulador e de auxiliar técnico regulador, instituídas pelo §4º do art. 14 da Lei nº 12.524, de 2003.

Parágrafo único. Excepcionalmente, continuarão a perceber as gratificações de que trata o *caput*, enquanto estiverem em atividade e em efetivo exercício na ARPE, os servidores que, conforme disposto no §1º do art. 1º desta Lei Complementar, manifestarem-se contrariamente ao ingresso no Quadro Próprio de Pessoal da ARPE.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se o art. 35 da Lei Complementar nº 259, de 2013.

ANEXO I			
REDENOMINAÇÃO E ENQUADRAMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS QUE INDICA			
CARGOS	QUANTIDADE	NÍVEL	ENQUADRAMENTO
AGENTE DE POLICIA QPC-2	1	SUPERIOR	Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados
ANALISTA EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL ANGAF	10	SUPERIOR	Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados
ANALISTA EM GESTÃO PUBLICA ANGP	9	SUPERIOR	Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados
ASSISTENTE EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL ASGAF	4	MÉDIO	Assistente Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados
ASSISTENTE EM GESTÃO PUBLICA ASGP	2	MÉDIO	Assistente Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados

ANEXO II		
MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS QUE INDICA		
Valores válidos a partir de 1º de junho de 2014		
Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
CLASSE ÚNICA	1	3.547,28
	2	3.831,06
	3	4.022,62
	4	4.223,75
	5	4.434,93
	6	4.656,68
	7	4.889,51
	8	5.133,99
	9	5.647,39
	10	5.929,76
	11	6.226,25
	12	6.537,56
	13	6.864,44
	14	7.207,66
	15	7.568,04
Assistente Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
CLASSE ÚNICA	1	1.012,11
	2	1.093,07
	3	1.147,73
	4	1.205,11
	5	1.265,37
	6	1.328,64
	7	1.395,07
	8	1.464,82
	9	1.611,31
	10	1.691,87
	11	1.776,46
	12	1.865,29
	13	1.958,55
	14	2.056,48
	15	2.159,30

ANEXO III		
MATRIZ DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS QUE INDICA		
Valores válidos a partir de 1º de junho de 2015		
Analista Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
CLASSE ÚNICA	1	4.031,00
	2	4.353,48
	3	4.571,15
	4	4.799,71
	5	5.039,70
	6	5.291,68
	7	5.556,27
	8	5.834,08
	9	6.417,49
	10	6.738,36
	11	7.075,28
	12	7.429,04
	13	7.800,50
	14	8.190,52
	15	8.600,05
Assistente Suplementar de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados		
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
CLASSE ÚNICA	1	2.024,21
	2	2.186,15

3	2.295,45
4	2.410,23
5	2.530,74
6	2.657,28
7	2.790,14
8	2.929,65
9	3.222,61
10	3.383,74
11	3.552,93
12	3.730,57
13	3.917,10
14	4.112,96
15	4.318,61

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 28 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, Augusto César, Everaldo Cabral.

Indicações

Indicação N° 8109/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um **VEEMENTE APELO** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município os Palmares, Prof.º João Bezerra Cavalcanti Filho, a Excelentíssima Senha Secretária de Saúde, Augemira Angélica de Souza ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Infraestrutura, Arnaldo Veloso de Carvalho e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cidade e Articulação Comunitária, José Correia da Silva Sobrinho, no sentido de envidar esforços necessários para que seja **CONSTRUIDO UM POSTO DE SAÚDE NO BAIRRO DE QUILOMBO II, MUNICÍPIO DOS PALMARES.** Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município dos Palmares, Prof.º João Bezerra Cavalcanti Filho, a Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, Augemira Angélica de Souza, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Infraestrutura, Arnaldo Veloso de Carvalho, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cidade e Articulação Comunitária, José Correia da Silva Sobrinho, na Praça Dr. Ismael Gouveia, nº 270, Centro, Palmares/PE, CEP. 55.540-000, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal dos Palmares, na Rua da Aurora, s/n, Centro, Palmares/PE, CEP 55.540-000, ao Ilustríssimo Senhor Cícero Antônio da Silva, na Quadra 29, Estabelecimento 01, bairro Quilombo I, Palmares/PE, CEP 55.540-000, ao Ilustríssimo Senhor Diretor da Rádio Cidade FM Palmares, Sr. José Edson da Silva, na Rua João Kourí, nº 466 – A, São Pedro, Palmares/PE, CEP 55.540-000, ao CDL - Palmares, na Praça Ismael Gouveia, s/n, Centro, Palmares/PE, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, na Rua Cel. Austriclinio, nº 922, Centro, Palmares/PE, ao Rotary Club Palmares, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1494, São Sebastião, Palmares/PE, ao Lions Clube de Palmares, na Rua São Miguel Jaceli, nº 284, Modelo, Palmares/PE, à direção da FAMASUL - Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, na BR 101 Sul, KM 117, Campus Universitário, Palmares/PE, bem como às Rádios: Quilombo FM, na BR 101, Km 121, Japaranduba, s/n Palmares/PE, e Cultura dos Palmares AM, na Av. Engenho São Manuel, s/n, Palmares/PE, CEP 55.540-000.

Justificativa

O pleito que ora apresentamos ao Chefe do Poder Executivo Municipal, trata-se de uma a reivindicação das 3.000 (três mil) famílias que residem nos bairros de Quilombo I, Quilombo II e Palmares II, no município dos Palmares, haja vista tratar-se de uma questão de saúde pública. A construção de um Posto de Saúde, tem como objetivo primordial atender as famílias carentes dos referidos bairros, promovendo a saúde, acompanhamento e o desenvolvimento humano, atendendo pacientes agendados em regime de rotina (não urgência) em clínica médica, ginecologia e obstetrícia, pediatria, odontologia e enfermagem. Com a grande demanda por uma saúde pública de qualidade, necessitam urgentemente da construção deste Posto de Saúde. A saúde pública tem de ser tratada como prioridade, ainda mais quando se fala de atendimento a população menos favorecida. Sabemos que haverá urgência na solução deste problema, com as providências cabíveis ao caso, refletindo o pensamento da atual administração pública da Cidade dos Palmares, a de melhorar as condições de vida da população, de modo a oferecer a todos as condições de viver o mais igualitário possível.

Ante ao exposto, apresentamos a presente indicação, esperando melhorar a qualidade devida da população, julgamos justificadas, pelo que solicitamos aos nossos pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 27 de maio de 2014.

Rildo Braz
Deputado

Indicação N° 8110/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um **VEEMENTE APELO** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João Lyra Neto, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, Dr. João Bosco de Almeida, ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Departamento de Estradas, Rodagens – DER/PE, Dr. João Dourado, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, no sentido de envidarem esforços necessários para procederem a máxima brevidade uma **OPERAÇÃO “TAPA BURACOS” NA PE-15, NAS PROXIMIDADES DO TERMINAL INTEGRADO DA PE-15, NO MUNICÍPIO DO OLINDA/PE.**

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João Lyra Neto, no Palácio Campo das Princesas, Praça da República, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50.010-928, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, Dr. João Bosco de Almeida, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1111, bairro de Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-000, ao Excelentíssimo Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER-PE, DR. João Dourado, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1033, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-912, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de OLinda, Renildo Calheiros, na Rua de São Bento, nº 123, Varadouro, Olinda/PE, CEP 53.020-081, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Olinda, na Rua Quinze de Novembro, nº 94, Varadouro, Olinda/PE, CEP 53.020-070, Praça João XXIII, s/n, Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-000, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Paulista, Gilberto Gonçalves Feitosa Junior, na Praça Agamenon Magalhães, s/n – Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-441, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Paulista, na Praça João XXIII, s/n, Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-000.

Justificativa

É este um dos principais motivos que nos leva a reivindicar que seja executada uma Operação Tapa Buracos na Rodovia PE-15, nas proximidades do Terminal Integrado da PE-15, no município de Olinda. A situação da citada rodovia naquela área encontra-se caótica, devido às condições de tráfego. Os buracos na rodovia são muitos, ocasionando engarrafamento nos horários de pico e aborrecimento aos motoristas que trafegam na referida rodovia. Portanto é necessário que seja executada a Operação “Tapa Buraco” que ora solicitamos, com o intuito de diminuir o engarrafamento e os prejuízos para os que utilizam aquela rodovia, um principal acesso para os municípios do Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Goiana e ao Estado da Paraíba.

Ante o exposto, julgamos justificada a presente indicação, pelo que solicitamos aos nossos pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 27 de maio de 2014.

Rildo Braz
Deputado

Indicação N° 8111/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Secretário de Defesa Social, Dr. Alessandro Carvalho, ao Comandante da Polícia Militar de Pernambuco - Cel José Carlos Pereira no sentido de reforçar o efetivo de policiais, no distrito de Umari - Bom Jardim/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento:

- ao Exmo. Sr. Alessandro Carvalho - Secretário de Defesa Social do Estado;

- ao Exmo. Sr. Cel José Carlos Pereira - Comandante da Polícia Militar de Pernambuco;

- ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Bom Jardim, Jonathas Miguel - End.: Praça 19 de julho, S/N – Centro. CEP 55.730-000 – Bom Jardim – PE.

- aos Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Bom Jardim - End.: Rua Manoel Augusto, s/n; CEP: 55730000 - Bom Jardim/PE.

Justificativa

O aumento do efetivo policial se faz necessário por diversas necessidades que podem ser elencadas, começando pelo diagnóstico da situação atual da localidade, que se encontra desprovida de segurança efetiva que atenda aquele distrito, gerando ameaças prenunciadas para um futuro próximo como também distante. Ressalta-se ainda que, o efetivo de policial, trará estratégias de monitoramento impedindo a ação de meliantes naquela localidade. Por acreditar que apresentando esta sugestão legislativa estarei colaborando com a Segurança no distrito de Umari - Bom Jardim/PE, e ainda por se tratar de pleito da maior relevância, justificamos este expediente, ao ensejo do apoio dos nossos nobres Pares da Casa de Joaquim Nabuco.

Sala das Reuniões, em 27 de maio de 2014.

Betinho Gomes
Deputado

Indicação N° 8112/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado **João Lyra Neto**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, **João Bosco de Almeida**, e ao Excelentíssimo Senhor **Antônio João Dourado**, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco – DER-PE, **no sentido de melhorar as já existentes e construir novas Estradas Vicinais no município de Pesqueira/PE.**

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, **João Bosco de Almeida**, com endereço à Avenida Cruz Cabugá, 1111, Santo Amaro, Recife/PE - CEP: 50040-000; ao Excelentíssimo Senhor **Antônio João Dourado**, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco – DER-PE, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 1033 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50040-912; ao Excelentíssimo Senhor **Evandro Mauro Maciel Chacon**, Prefeito do Município de Pesqueira /PE, com endereço a Praça Comendador José Didier, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor **Luciano Carlos Alves dos Santos**, Vice-Prefeito do Município de Pesqueira, com endereço a Praça Comendador José Didier, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Jose Galindo de Medeiros França de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jucenildo José Simplicio Freire**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Nelson Francisco Medeiros dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Renivaldo Soares dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Álvaro Evando de Macedo Junior**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sebastião Leite da Silva Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Expedito Alves Cabral**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Augusto Simões Maia Almeida**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luís Carlos Ferreira Peixoto**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Aragão de Amorim**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Severino Leite da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **João Galindo Cavalcanti**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Marcio José da Silva Guedes**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sebastião Ancelmo dos Santos Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Wagner Cordeiro de Menezes**, Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira, com endereço a com endereço a Rua Cardeal Arcoverde, s/n - Centro - Pesqueira/PE - CEP: 55200-000; à **Direção da Rádio Pesqueira 96 FM**, com endereço à Rua Luiz Wilson Sá Ferraz, 97 – Prado – Pesqueira/PE – CEP: 55200-000; à **Direção da Rádio SAP Pesqueira**, com endereço à Rua Dr. Lídio Paraíba, 74 - Centro - Ed. Amaral França – Pesqueira/PE – CEP: 55200-000; à **Gerência da TV e Rádio Jornal do Comércio**, com endereço à Av. Dr Joaquim Brito, 46 - Prado-Pesqueira /PE – CEP: 55200-000; ao **Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Rurais de Pesqueira**, com endereço à Rua Paes Barreto, 164 – São Sebastião – Pesqueira/PE – CEP: 55200-000; a Profª **Djane Bezerra Lopes Maia**, Gestor da Escola Cacilda Almeida, com endereço na Rua Anísio Galvão, 16 - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000; a Profª **Marilene Avelino Soares**, Gestora da Escola Estadual Cristo Rei, com endereço na Av. Comendador José Didier, 72 - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000; a Profª **Maria Aparecida Leite de Medeiros**, Gestora da Escola Dom Adelmo Cavalcanti Machado, com endereço na Rua Conselheiro Paes Barreto, 800 - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000; a Profª **Magally das Graças Mascarenhas Leite**, Gestora da Escola Elizeu Araújo, com endereço na Rua Glisério de Almeida Maciel, s/n - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000; ao Profª **Daniel Bezerra da Silva Filho**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio, José de Almeida Maciel, com endereço na Av. Ézio Araújo, s/n - Centro - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000; a Profª **Macilene Cordeiro de Souza**, Gestora da Escola Profª Arruda Marinho, com endereço na Av. Dr. Joaquim de Brito 229 - Prado - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000 e ao Profª **Claúdio Celso Maia**, Gestor da Escola de Referência em Ensino Médio Profª Margarida de Lima Falcão, com endereço na Rua 12, s/n - COHAB II - Central - Pesqueira/PE – CEP: 55.200.000.

Justificativa

A restauração das já existentes e a construção de novas estradas vicinais, no município acima discriminado, viriam a melhorar o escoamento da sua produção agrícola, o que refletirá, positivamente, na economia do município e do estado.

Atualmente, seus produtores rurais vêm encontrando sérias dificuldades para este escoamento, fora a ineficiência dessas vias e a falta de estrutura de funcionamento para os que já existem.

Ante o exposto, é que tomamos a iniciativa de nos dirigirmos às autoridades governamentais, em especial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, **João Bosco de Almeida**, objetivando o atendimento do nosso pleito. Acreditamos que o mesmo venha a merecer a devida acolhida, não apenas pela sensibilidade do referido secretário, mas também pela existência de recursos orçamentários destinados para este fim na Atividade: Implantação e Restauração de Estradas Vicinais no Interior do Estado.

Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que dispensem à proposição em tela a necessária acolhida, no intuito de sua viabilização.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 8113/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado **João Lyra Neto**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, **João Bosco de Almeida**, e ao Excelentíssimo Senhor **Antônio João Dourado**, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco – DER-PE, **no sentido de melhorar as já existentes e construir novas Estradas Vicinais no município de Jaqueira/PE.**

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, **João Bosco de Almeida**, com endereço à Avenida Cruz Cabugá, 1111, Santo Amaro, Recife/PE - CEP: 50040-000; ao Excelentíssimo Senhor **Antônio João Dourado**, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens de Pernambuco – DER-PE, com endereço à Av. Cruz Cabugá, 1033 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 50040-912; ao Excelentíssimo Senhor **Marivaldo Silva de Andrade**, Prefeito do Município de Jaqueira, com endereço a Rua Vereador Luiz Nova Cosque, 200 – Centro – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor **Luís Henrique da Silva Barros**, Vice-Prefeito do Município de Jaqueira, com endereço a Rua Vereador Luiz Nova Cosque, 200 – Centro – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria Lucia Silva Figueira**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edson Carlos da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Adauto Rodrigues de Oliveira e Silva Júnior**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Daniel Gonzaga da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Lenilson Pedro da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Aldo de Andrade**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sandro Candido de Lima**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Oswaldo Sérgio da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Fabio de Barros Pimentel**, Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jaqueira, com endereço a Rua José Pelegriño, s/n – Jaqueira/PE – CEP: 55409-000 e a **Direção a Rádio Jaqueira**, com endereço à Av. Fábio Silva Barros, 08 – Centro –Jaqueira/PE – CEP: 55.406-000 e a Prof.ª **Edna Maria dos Santos**, Gestora Escola de Referência em Ensino Médio Miguel Pellegrino, com endereço na Avenida Dorinha Rodrigues, s/n - Centro - Jaqueira/PE – CEP: 55.409-000.

Justificativa

A restauração das já existentes e a construção de novas estradas vicinais, no município acima discriminado, viriam a melhorar o escoamento da sua produção agrícola, o que refletirá, positivamente, na economia do município e do estado.

Atualmente, seus produtores rurais vêm encontrando sérias dificuldades para este escoamento, fora a ineficiência dessas vias e a falta de estrutura de funcionamento para os que já existem.

Sertão da Paraíba, em de abril de 1933, de uma família de pequenos agricultores. Aos 18 anos deu a primeira prova de coragem ao deixar, sozinho, a sua terra natal decidido a ganhar a vida em São Paulo para onde se dirigiu em um caminhão pau-de-arara e onde teve o primeiro contato com a atividade de produção de tintas da qual não mais se desligou até hoje.

Homem de profundo sentimento telúrico, nunca esqueceu o Nordeste, e em particular a Paraíba, apesar do sucesso profissional alcançado em terras distantes e mais desenvolvida. Assim, em 1965 regressa a região Nordeste, obtendo emprego em Recife na Indústria de Tintas Diamante, como gerente de produção, onde ficou por sete anos. Em 1974, já profundo conhecedor do ramo, resolveu instalar o seu próprio negócio, iniciando-o em um galpão alugado de 200 metros quadrados onde trabalhava apenas um homem fabricando cola branca para indústria de móveis. Quatro anos depois passou a produzir vernizes e a fábrica já não cabia mais no antigo galpão, ocasião em que passou para uma área de 800 metros quadrados que ficou vazia por falta de dinheiro para a aquisição de máquinas. Após oito anos de luta, a partir de 1982, a Iquine se transformou numa história de sucesso, crescendo constantemente e chegando a ocupar, hoje, uma área de 80 mil metros quadrados, empregando mais de 500 funcionários e produzindo mais de 200 produtos em diversos segmentos e com capacidade de produção para 10 milhões de litros de tinta/mês. A Iquine hoje é a principal empresa nordestina de tintas com aproximadamente 8.000 pontos de venda e liderança em diversos segmentos de atuação, reconhecida pela sua qualidade, capacidade de gestão e postura ética entre as 10 melhores empresas de tinta do Brasil.

Delino de Souza já recebeu outras condecorações como a “Medalha do Mérito Industrial” pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Medalha “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados”, o Título de “Cidadão Pernambucano” e A Medalha e Diploma Epitácio Pessoa pela Assembleia Legislativa da Paraíba. Parabenizo o grande empresário Delino de Souza e a Editora Bagaço pela iniciativa do lançamento do livro.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Aluisio Lessa
Deputado

Requerimento N° 3464/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO ao Arcebispo de Olinda e Recife Dom Fernando Saburido** pela iniciativa do pedido ao Vaticano pela Canonização de Dom Helder Câmara.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Vossa Exma. Reverendíssima Arcebispo de Olinda e Recife, **Dom Fernando Saburido**, na Rua Bispo Coutinho, s/n – Alto da Sé – Olinda/PE – CEP: 53.120-130.

Justificativa

O Arcebispo de Olinda e Recife Dom Fernando Saburido anunciou que vai solicitar ao Vaticano o início do processo de canonização de Dom Helder Câmara, falecido em 1999. Uma carta dirigida à Congregação Para a Causa dos Santos pedirá licença para o longo processo.

Uma pessoa pode se tornar referência para os outros por suas virtudes ou por suas ações e Dom Helder conseguiu unir estes dois aspectos em 90 anos de vida. Ele é lembrado na história da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil e no mundo, como um Apóstolo, que souber honrar o Brasil e usar o carisma de defensor da paz e da justiça para os filhos de Deus.

Parabenizo o Arcebispo pela iniciativa de canonização de Dom Helder, conhecido como o “Dom da Paz”.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Aluisio Lessa
Deputado

Requerimento N° 3465/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja Transcrito nos Anais desta Casa Legislativa “Carta da XIV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá”.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao:

Marcos Lúidson de Araújo

Cacique do Povo Xukuru do Ororubá.

Rua: Cel Leonardo, 49,

Bairro dos Xukurus

Pesqueira-PE

CEP:55.200-000

Justificativa

Carta da XIV Assembleia do Povo Xukuru do Ororubá

Nós, Povo Xukuru do Ororubá, reunidos na a Aldeia Pedra D’Água, conduzidos pela natureza sagrada através das força da água, no período de 17 a 19 de maio de 2014, realizamos a nossa **XIV Assembleia** que teve como tema: **Limolaigo Toipe – Terra dos Ancestrais: A Água é o sangue da Terra**. Nesse espaço Sagrado se fizeram presentes representantes das 24 (vinte e quatro) Aldeias, distribuídas nas três regiões que compõem o Território Tradicional do Povo Xukuru do Ororubá: Região Serra, Agreste e Ribeira. Contamos também com a presença de alguns parentes: Povo Potiguara – Paraíba, Xukuru Kariri – Alagoas, Povo Kambiwá e Kapinawá – Pernambuco. Aliados: CIMI, UFRPE, UFRN, Diocese de Pesqueira, SESAI, DSEI, IPA, Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em Pernambuco, Superintendência do INCRA em Pernambuco e MCP – Movimento das Comunidades Populares.

Tendo como referencia o significado espiritual da água e sabedores de que ela é habitada por seres espirituais protetores da vida dos Xukuru e de todos os seres humanos que habitam no planeta terra, refletimos sobre a importância de conhecermos melhor a realidade hídrica de cada Aldeia e pensarmos formas de melhor cuidar e preservar esse líquido sagrado, dádiva da natureza, que assegura a existência de toda a humanidade. Para tanto, antes de refletirmos sobre a nossa situação particular, socializamos as informações

sobre a distribuição e o acesso a água no Brasil e no mundo, percebendo os grandes desafios da atualidade, em que apenas 8% da água existente no planeta está destinada ao consumo humano, sendo a grande utilização feita pela indústria e o agronegócio, principais responsáveis pelos impactos ambientais e sociais que afetam o mundo inteiro. É por essa razão que no Congresso Nacional Brasileiro, os parlamentares da bancada ruralista propõem vários projetos de lei, a exemplo da PEC 215, na tentativa de impedir a Demarcação das Terras Indígenas, no intuito de que essas terras e as águas nelas existentes possam ser exploradas para seus interesses econômicos, como ficou explicitado na análise de conjuntura política realizada em nossa assembléia.

No que se refere à nossa conjuntura interna, a partir dos trabalhos realizados pelos grupos, percebemos que considerando o fato de nosso território está localizado dentro do semi-árido nordestino, sua situação hídrica, embora seja limitada, é bem mais favorável do que muitas outras regiões do nordeste, isso ocorre em virtude de sua topografia que tem como determinante a Serra Sagrada do Ororubá, onde se encontram preservadas as matas, morada dos Encantados e lugar dos nossos rituais sagrados.

Todavia, constatamos também que é necessário melhorarmos a nossa forma de relacionamento com as fontes, nascentes, cacimbas, açudes, barragens, rios e riachos que alimentam o nosso território sagrado. Lamentavelmente, alguns hábitos e costumes criados pelo sistema capitalista que trata a água como se fosse uma mercadoria a ser utilizada a serviço de interesses econômicos, também podem ser identificados dentro de nossas comunidades. Por essa razão, ocorrem situações de poluição das águas pelo uso de agrotóxicos, pela forma incorreta da coleta do lixo e pelo descuido com as margens dos mananciais, que são afetados pela criação de animais de grande porte como o boi e o cavalo. Além disso, há também situações de desigualdades no acesso a água, quando algumas pessoas são mais beneficiadas do que outras, correndo-se o risco de cair na tentação de privatização e comercialização desse líquido sagrado.

Conscientes dessa realidade desafiadora, após termos concluído a elaboração do mapa hidrográfico do Território Xukuru, fomos ungidos espiritualmente através dos rituais conduzidos pelas lideranças religiosas do nosso povo. Como forma de compromisso com a preservação da mãe natureza e a garantia de continuidade das gerações futuras, decidimos que se faz necessário fortalecer em todas as nossas aldeias o processo de conscientização sobre o valor espiritual da água e a utilização correta da mesma, seja para o consumo humano, ou para cultivo da agricultura e criação de animais. Ao mesmo tempo, assumimos também o compromisso de participarmos da Campanha Internacional que propõe a expressão **“Água e Espiritualidade”** para ser assumida pela ONU como o tema principal do Dia Mundial da Água do ano 2017.

Por fim, na perspectiva de dar continuidade ao nosso projeto de vida, que tem como referencia o modelo do Bem Viver, reafirmamos a sábia citação pronunciada pelo Cacique Xicão e que serve de inspiração para continuarmos a nossa luta em defesa do nosso território sagrado: **“A Água é o sangue da Terra, as matas são os cabelos da Terra, as pedras são os ossos da Terra”**. Aldeia Pedra D’Água, 19 de maio de 2014.

Sala das Reuniões, em 27 de maio de 2014.

Isaltino Nascimento
Deputado

Requerimento N° 3466/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO a Teliana Pereira** pela vitória na partida de estreia do Torneio de Tênis de Roland Garros, em Paris.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Esportes, **Ricardo Dantas**, Av. Afonso Olindense, 1513 – Bloco D – Várzea - Recife/PE – CEP: 50.810-900; ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Águas Belas, **Genivaldo Menezes Delgado**, na Praça Nossa Senhora da Conceição, s/n – Centro – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Águas Belas, **Melchizedeck de Guelros Malta Neto**; aos Ilmos Srs. Vereadores de Águas Belas, todos na Praça Manoel Borba, 10 – Águas Belas/PE – CEP: 55.340-000; a Tenista **Teliana Pereira**, na Federação Paranaense de Tennis, na Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, 1020 – Curitiba/PR – CEP: 82.810-400,; ao Exmo. Sr. Presidente da Federação Pernambucana de Tennis, **Fred Muniz**, na Rua Dom Bosco, 871 – Sala 210 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.070-070; a **Confederação Brasileira de Tennis**, na Av. Rubem Berta, 1493 – Indianópolis – São Paulo/SP – CEP: 04.074-010.

Justificativa

Natural do município de Águas Belas, no Sertão Pernambucano, Teliana migrou para o **Paraná** quando tinha apenas oito anos de idade. Iniciou a carreira profissional em **2005**, depois de ótimas atuações como juvenil, e em **2007** deu um pulo na carreira atingindo seu melhor ranking, 196º do mundo, e tornando-se a número 1 do país. Em **2007** conquistou três títulos seguidos no circuito future em **Atenas** (Grécia), em **Amiens** (França) e em **Foggia** (Itália). No **Pan-americano do Rio de Janeiro**, em **2007**, Teliana Pereira, ao lado da compatriota **Joana Cortez**, ganhou o bronze na modalidade duplas. Em julho de 2013, se tornou a primeira tenista brasileira a chegar no top 100 mundial de simples desde o ano de 1990.

Parabenizo a atleta pela vitória na partida de estreia do Torneio de Tênis de Roland Garros, quebrando um tabu de 25 anos sem vitórias nacionais, entre as mulheres.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Aluisio Lessa
Deputado

Requerimento N° 3467/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO ao Governador do Estado de Pernambuco, Joao Lyra Neto** pela volta das atividades do Barco Sinuelo do Projeto Protuba. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, **João Lyra Neto**; ao Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social, **Alessandro Mattos**, na Rua São Geraldo, 111 – Santo

Amaro – Recife/PE – CEP: 50.040-020; ao Exmo. Sr. Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, **Carlos André Cavalcanti**, na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 1339 – Jaqueira – Recife/PE – CEP: 52.050-020; ao Exmo. Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de PE, **Cel. BM. Carlos Eduardo Poças A. Casa Nova**, na Av. João de Barros, 399 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-180; ao Ilmo. Prof. da UFRPE **Fábio Hazim**, na Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos – Recife/PE – CEP: 52.171-030; a Exmo. Sr. Promotor do Ministério Público do Estado de Pernambuco, **Ricardo Coelho**, na Rua Imperador Dom Pedro II, 473 – Santo Antonio – Recife/PE – CEP: 50.010-240; ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Oceanário, **Alexandre Carvalho**, na Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Pró-Reitoria de Atividades de Extensão da UFRPE - Dois Irmãos – Recife/PE – CEP: 52.171-030; a Exma. Sra. Presidente do CEMIT, **Rosângela Lessa**, na Rua São Geraldo, 111 – Santo Amaro – Recife/PE – CEP: 52.040-000.

Justificativa

As ações do Projeto Protuba consistem na atividade do Barco Sinuelo, que, todos os fins de semana, sai em expedição para captura, marcação e posterior liberação de tubarões. Este barco é tido como principal arma para minimizar o problema dos ataques de tubarões no litoral pernambucoano. Parabenizo o Governador do Estado de Pernambuco João Lyra Neto pela providência em fazer retornar as atividades a referida embarcação, justamente no período considerado mais crítico, que são os meses de maio a julho, e onde existia uma outra grande preocupação que é a Copa do Mundo, onde o número de turistas aumenta consideravelmente, exigindo uma maior segurança, visando evitar tragédias e também a proteção dos animais.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Aluisio Lessa
Deputado

Requerimento N° 3468/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja concedido **VOTO DE APLAUSO a CDL**, na pessoa do Sr. Eduardo Melo Catão e **as Tintas Iquine** na pessoa do Sr. Delino de Souza, pelo convênio para a revitalização das fachadas dos casarios do Centro do Recife.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, **Geraldo Júlio**, Av. Cais do Apolo, 925 – 9º andar – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50.030-903; ao Exmo. Sr. Presidente da CDL, **Eduardo Melo Catão**; ao Ilmo. Sr. Coordenador do Centro de Apoio ao Lojista da CDL, **Paulo Monteiro**, ambos na Rua do Riachuelo, 105 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-400; ao Exmo. Sr. Diretor Presidente das Tinta Iquine, **Delino Souza**, na Rua Porto Franco, 325 – Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54.335-020; ao Exmo. Sr. Presidente da Empresa de Urbanização do Recife-URB, **Victor Vieira**, na av. Oliveira Lima, 867 – Boa Vista – Recife/PE – CEP: 50.050-390.

Justificativa

A partir da segunda quizena de julho estará disponibilizado para os lojistas das Ruas Duque de Caxias, Nova e da Imperatriz Tereza Cristina, no centro do Recife, o projeto que levará cores às fachadas dos casarios com a pintura dos imóveis. É um convênio entre a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL e a empresa de Tintas Iquine. Os lojistas que aderirem ao projeto receberão todo o material necessário à pintura e também a orientação técnica, só assumindo a mão de obra.

Parabenizo esta iniciativa de parceria, pois esses prédios apresentam uma arquitetura diferenciada e funcionam como um ponto de atração para o Centro, embelezando ainda mais nossa cidade do Recife.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Aluisio Lessa
Deputado

Requerimento N° 3469/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo *“Sinais da desordem”*, de autoria do ex-governador Roberto Magalhães, publicado no Jornal do Commercio, seção Opinião, em 24 de maio de 2014.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao ex-governador de Pernambuco, **Roberto Magalhães**, com endereço na rua Almirante Noronha de Carvalho, 185, Rosarinho, Recife-PE, CEP: 52041-340; à vereadora da Cidade do Recife **Priscila Krause**, com endereço na Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista, Recife - PE, 50050-310; ao consultor de empresas **Gustavo Krause**, com endereço na Av. Agamenon Magalhães, 2656, sala 301, Espinheiro, Recife-PE, CEP: 52020-000; ao ex-senador **Marco Maciel**, com endereço na Av. Boa Viagem, 4160, apt 1002, Edf. Tiradentes, Boa Viagem, Recife-PE, CEP: 51021-000; e ao ex-secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, **Roberto Pereira**, com endereço na rua Caio Pereira, nº64, Edf. Ave Garde, Rosarinho, Recife-PE, CEP: 52041-010.

Justificativa

O artigo em tela destaca os protestos que tomaram conta do Brasil desde junho de 2013. São ações que ferem, principalmente, a ordem constitucional que trata da supremacia do interesse público, a exemplo da depredação de edifícios públicos. O ilustre autor utiliza textos do livro *Modernidade Líquida*, de autoria do sociólogo polonês Zigmunt Bauman, para caracterizar o problema. Dr. Roberto Magalhães defende que a sociedade se una para que as funções essenciais do Estado sejam preservadas.

Portanto, segue na íntegra o referido texto:

“Sinais da desordem
Os protestos que se espalham pelo País desde junho de 2013, e que poderiam ter tomado uma direção pacífica, já começaram

descumprindo norma de indiscutível interesse público, como a comunicação prévia à autoridade policial e indicação do trajeto. Sempre foi assim, mesmo antes dos governos militares.

Todavia, aquelas regras foram revogadas pelos vários grupos que se dispuseram a fazer protestos e passeadas, o que tem levado as populações de metrópoles, e hoje de um número enorme de cidades em todos os Estados, a serem surpreendidas com protestos e passeatas, que ocupam ruas e avenidas, da forma que entendem. Subgrupos passaram também a queimar lojas e depredar edifícios.

Sair às ruas passou a ser um exercício de coragem, e os meios de comunicação se encarregam de prevenir os cidadãos sobre quais vias públicas e até rodovias estão interrompidas, inclusive por focos incendiários.

Até aqui cuidei apenas dos sinais ostensivos desses protestos públicos, porém o mais importante é a análise de suas causas.

A começar pela caracterização da desobediência civil que é a negação da autoridade e um desrespeito à sociedade.

Zigmunt Bauman, em seu livro Modernidade líquida, na minha opinião foi quem melhor situou o problema que é global, na fragilização dos valores que prevaleciam no passado.

Diz ele: “Duas características, no entanto, fazem essa forma de modernidade nova e diferente: a primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um telos alcançável de mudança histórica, um estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, um tipo de sociedade boa, sociedade justa e sem conflitos, em todos ou alguns de seus aspectos...”.
“A segunda, a desregulamentação e privatização das tarefas e deveres modernizantes”.

Esta será, talvez, a explicação para a rebeldia irresponsável que estamos a experimentar, nesta segunda década do século XXI. É preocupante, mas temos que conhecer a realidade a ser enfrentada.

Quanto a mim, penso que temos de nos unir para salvar a autoridade e as funções essenciais do Estado, numa sociedade democrática com poderes de manter o pleno estado de direito.

Sem o Estado, estaremos retroagindo à barbárie.”

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 28 de maio de 2014.

Tony Gel
Deputado

Errata

ERRATA DE ESCALA DE FÉRIAS

ANO 2013

Na escala de férias assinada em 08/05/2013, publicada no DOE em 08/03/2013, referente aos servidores:

26636 Walter da Silva Barros, onde se lê 2012/2013, leia-se 2011/2012.

Na escala de férias assinada em 25/11/2013, publicada no DOE em 26/11/2013, referente aos servidores:

27174 Glória Maria Carneiro Leão, onde se lê 2012/2013, leia-se 2011/2012.

ANO 2014

Na escala de férias assinada em 22/04/2014, publicada no DOE em 23/04/2014, referente ao

servidor:

00451 Paulo Roberto Fernandes Pinto Junior, onde se lê de 07/05/2014 a 06/05/2014, leia-se de 07/05/2014 a 05/06/2014.

Portarias

PORTARIA Nº 612/14

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições, **RESOLVE:** Atribuir ao servidor **CARLOS GILBERTO DA SILVA LINS**, matrícula nº108.553-0, ora à disposição deste Poder Legislativo, a Gratificação de Assessoramento, Símbolo PL-ASS-2, da Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica, retroagindo ao dia 03 de abril do corrente ano, nos termos da Lei nº12.776/2005, com alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/2007 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 28 de maio de 2014.

Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 613/14

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 021/2014, do Deputado Rodrigo Novaes,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 101,45% (cento e um vírgula quarenta e cinco por cento) para 95,20% (noventa e cinco vírgula vinte por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, do servidor **RONALDO LUSTOSA DE CARVALHO**, a partir de 1º de junho do corrente ano, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 28 de maio de 2014.

Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro Secretário